

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

ÁKYLA SANTIAGO DE CARVALHO MENDES

**O ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO NO
AMBIENTE ESCOLAR: O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO
DIGITAIS COMO ESCUDOS DE PROTEÇÃO NO ÂMBITO DO
ENSINO MÉDIO**

PICOS

2025

ÁKYLA SANTIAGO DE CARVALHO MENDES

**O ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO NO
AMBIENTE ESCOLAR: O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO
DIGITAIS COMO ESCUDOS DE PROTEÇÃO NO ÂMBITO DO
ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão apresentado
ao curso de Licenciatura Plena em Letras
Português, modalidade EaD, da
Universidade Estadual do Piauí, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em Letras Português.

Orientadora: Ma. Vânia Cristina Pierote
Machado

PICOS

2025

M538e Mendes, Akyla Santiago de Carvalho.

O enfrentamento da desinformação no ambiente escolar: o letramento e a alfabetização digitais como escudos de proteção no âmbito do ensino médio
/ Akyla Santiago de Carvalho Mendes. - Picos, 2025.

33f.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura Plena em Letras - Português, Campus Prof. Barros Araújo, Picos-PI, 2025.

"Orientador: Prof.^a Ma. Vânia Cristina Pierote Machado".

1. Internet. 2. Desinformação. 3. Ensino Médio. 4. Alfabetização Digital. 5. Letramento Digital. I. Machado, Vânia Cristina Pierote . II. Título.

CDD 469

ÁKYLA SANTIAGO DE CARVALHO MENDES

**O ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO NO
AMBIENTE ESCOLAR: O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO
DIGITAIS COMO ESCUDOS DE PROTEÇÃO NO ÂMBITO DO
ENSINO MÉDIO**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Licenciatura Plena em Letras Português,
modalidade EaD, da Universidade Estadual do
Piauí, como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em Letras Português.

Orientadora: Ma. Vânia Cristina Pierote Machado

Aprovada em: _/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

– NEAD/UESPI

Presidente

UESPI

Primeira Examinadora

– UESPI

Segunda Examinadora

Primeiramente a Deus, por me conceder a saúde e perseverança necessárias durante essa longa caminhada.

À minha esposa Fernanda Maria, pelo companheirismo, amor e fidelidade e por fazer acreditar em mim mesmo.

À estimada Professora Dra. Margareth Valdivino, por sempre me incentivar e fazer vislumbrar a importância do Saber.

AGRADECIMENTOS

Em tudo daí Graças a Deus. Nos momentos ruins e nos momentos bons, nas vitórias e nas derrotas. Não poderia deixar de louvar e agradecer primeiramente a Deus, pois ele que me concedeu a graça de chegar aonde estou. Por ter me permitido discernir dando a paciência necessária e também a dedicação e sabedoria para que pudesse concluir mais essa etapa importante em minha vida profissional e pessoal.

Não poderia deixar de agradecer a minha amada e estimada esposa Fernanda Maria, pela paciência e motivação diária e que me demonstrou que o companheirismo e fidelidade conjugal transcendem a todas as barreiras quando se caminha junto e com os mesmos objetivos.

Ao grande exemplo da dedicação e perseverança na vivência dos estágios compartilhados com a Professora Ana Paula Rodrigues, onde percebi que a Educação ainda pode sim ser a ferramenta de mudança do mundo.

Por fim a minha querida Professora Margareth Valdivino pois desde o início me instigou e incentivou a persistir e insistir mostrando que a busca pelo conhecimento, pelo saber nunca deve ser findado e que cada oportunidade que a vida nos dá é a chance que temos de mostrar que nunca é tarde para aprendermos.

RESUMO

Ao longo dos anos, com a explosão das tecnologias e o acesso irrestrito à internet, a disseminação da informação se tornou mais rápida e abrangente. No entanto, essa inserção em ambientes digitais muitas vezes confere aos usuários a falsa sensação de serem emissores e propagadores de verdades absolutas, sem necessariamente exercerem uma análise crítica sobre a veracidade dos conteúdos compartilhados. Muitas pessoas passam a consumir e difundir informações que apenas reforçam suas crenças e valores individuais, sem um olhar reflexivo e criterioso. Como apontam Buckingham (2007) e Santaella (2018), a cultura digital transformou a forma como interagimos com o conhecimento, exigindo novos mecanismos de leitura crítica para lidar com a sobrecarga informacional e a propagação de fake news. Essa realidade inevitavelmente afeta o ambiente escolar, especialmente o Ensino Médio, etapa em que os jovens enfrentam desafios relacionados à transição acadêmica, social e profissional. Antes vistos como facilitadores da interação e do aprendizado, os espaços digitais passaram a ser percebidos também como potenciais ameaças à convivência escolar e social, principalmente devido à disseminação de desinformação, que pode gerar conflitos e afetar o desenvolvimento cognitivo e crítico dos estudantes. Nesse sentido, a pesquisa de cunho qualitativo-interpretativo teve como aporte teórico a contribuição de autores como Freire (1987), ao enfatizar a leitura do mundo como prática emancipatória, e Coscarelli e Ribeiro (2005), ao abordarem as novas demandas da leitura digital, reforçam a necessidade de estratégias que capacitem os alunos a compreenderem e questionarem as informações que consomem, desenvolvendo uma postura crítica diante do universo digital. Dessa forma, o presente estudo propôs uma reflexão sobre a importância do letramento digital no Ensino Médio como ferramenta essencial para combater a desinformação e fortalecer a formação de leitores críticos no cenário contemporâneo, primeiramente vislumbrando os fatores que potencializam a Desinformação, bem como dão surgimento à Pós-Verdade ou Verdade absoluta e as consequências advindas desta. Por fim, o estudo possibilitou, conforme mostraram Do Vale e Striquer (2014) e Cruz (2007), que a mudança dos paradigmas bem como da forma de ensinar e educar na Nova Era Digital, deve partir da convalidação do Letramento e Educação Digitais como escudos de combate à desinformação, especificamente voltados ao Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia; Enfrentamento; Desinformação; Letramento; Alfabetização Digital.

ABSTRACT

Over the years, with the explosion of technologies and unrestricted access to the internet, the dissemination of information has become faster and more comprehensive. However, this insertion in digital environments often gives users the false feeling of being emitters and propagators of absolute truths, without necessarily exercising a critical analysis of the veracity of the shared content. Many people start to consume and disseminate information that only reinforces their individual beliefs and values, without a reflective and critical look. As Buckingham (2007) and Santaella (2018) point out, digital culture has transformed the way we interact with knowledge, requiring new mechanisms of critical reading to deal with information overload and the spread of fake news. This reality inevitably affects the school environment, especially high school, a stage in which young people face challenges related to academic, social and professional transition. Previously seen as facilitators of interaction and learning, digital spaces have also come to be perceived as potential threats to school and social coexistence, mainly due to the dissemination of misinformation, which can generate conflicts and affect students' cognitive and critical development. In this sense, the qualitative-interpretative research was based on the theoretical contribution of authors such as Freire (1987), who emphasized reading the world as an emancipatory practice, and Coscarelli and Ribeiro (2005), who, when addressing the new demands of digital reading, reinforce the need for strategies that enable students to understand and question the information they consume, developing a critical stance towards the digital universe. Thus, the present study proposed a reflection on the importance of digital literacy in high school as an essential tool to combat misinformation and strengthen the formation of critical readers in the contemporary scenario, firstly by envisioning the factors that enhance misinformation, as well as give rise to Post-Truth or absolute Truth and the consequences arising from it. Finally, the study made it possible, as shown by Do Vale and Striquer (2014) and Cruz (2007), that the change in paradigms as well as the way of teaching and educating in the New Digital Era, must start with the validation of Digital Literacy and Education as shields to combat misinformation, specifically aimed at High School.

KEYWORDS: Technology; Coping; Disinformation; Literacy; Digital Literacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O CONTEXTO DA DESINFORMAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO.....	10
3 CONCEITO E DEFINIÇÃO DE PÓS-VERDADE.....	14
4 LETRAMENTO DIGITAL NO ÂMBITO DO ENSINO MÉDIO: DEFINIÇÕES E PRÁTICAS.....	16
5 A PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL COMO ESCUDO DE PROTEÇÃO CONTRA A DESINFORMAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	22
6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, com a explosão das tecnologias bem como o acesso à internet de forma exponencial e irrestrita, levou-nos a um cenário onde as informações chegassem a mais pessoas e de uma forma bem mais rápida. Entretanto essa inserção em um ambiente ou comunidade virtual muitas vezes nos dá a impressão de que somos emissores e/ou propagadores sem limites ou ainda donos de verdades absolutas, onde muitas pessoas deixam de exercer a sua análise individual sobre o que é verdade e simplesmente fazem uso de informações compartilhadas e/ou criadas por terceiros que se assemelham às suas crenças e valores individuais ou pessoais. Isso fez com que a veiculação bem como a disseminação de informações falsas aumentasse consideravelmente, com uma velocidade e poder de influência tão grande chegando até mesmo a ser incontrolável e, assim, atingindo negativamente os mais distintos e variados ambientes de convivência.

Tal fato inevitavelmente chegaria ao âmbito escolar, sobretudo nas salas de aula de Ensino Médio, gerando uma preocupação crescente, já que antes vislumbrada como uma forma de interação social e facilitadora de relações, os ambientes virtuais passaram a ser vistos como elementos que prejudicariam a convivência escolar, em razão do surgimento e veiculação de informações falsas que ocasionam transtornos e descontroles sociais prejudicando o ensino e, como grande consequência, as relações entre os indivíduos nas suas mais variadas esferas gerando diversas lides sociais, como podemos citar o racismo, o bullying, o preconceito, a xenofobia, a intolerância religiosa e política.

Dessa forma, com o passar dos anos fez-se necessária a busca por escudos de proteção contra notícias falsas ou *fake news*, em decorrência da grande influência negativa da desinformação. É interessante observar que a busca por elementos que barrassem a propagação de notícias falsas nos ambientes de convivência, sobretudo nos escolares, exigiu uma mudança de comportamento bem como a busca por estratégias que viabilizassem o convívio perante essa nova realidade, tendo em vista ser quase impossível modificá-la ou torna-la pacífica como antes era.

2 O CONTEXTO DA DESINFORMAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO

Com o passar dos anos, percebemos que esse imediatismo informacional, na maioria das vezes, favoreceu à ilusória intitulação de uma verdade absoluta, onde as pessoas passam a adotar uma postura de apenas divulgar ou reproduzir algo sem saber a sua veracidade, sua origem, seu intuito e ainda se o seu conteúdo é de fato oriundo de uma fonte fidedigna bem como os impactos que poderão ser gerados com aquela informação.

Não é de hoje que a desinformação, as mentiras, os boatos ou ainda a veiculação de informações falsas, estão presentes na nossa sociedade. E o que mais nos surpreende é o fato de que sempre são endossadas por algum interesse, mesmo que despercebível, de um ideal muitas vezes político e que tem como grande intuito tornar verdadeiras notícias com teor falso, mas que buscam como resultado a manipulação de um determinado contexto social, como podemos ver em Andrade e Cavalcanti (2022):

“A noção de “verdade” pode ser compreendida como aquilo que alguém interpreta dos fatos; cada sujeito, portanto, pode construir a sua própria verdade sobre algo. Porém, existem pessoas que preferem não elaborar uma verdade subjetiva, mas seguir outras versões compartilhadas e identificadas com suas crenças e valores. Este tipo de comportamento em que há certa “preguiça” de interpretar, checar e até desconfiar do conteúdo, segundo D’Ancona, é o que favorece a disseminação das Fake News. Na mesma direção, Castilho (2016) classifica a expressão “pós-verdade” como “cognição preguiçosa”, ao perceber certa morosidade nas pessoas para interpretar fatos, dados e eventos que demanda esforço adicional do nosso cérebro.”(p.7)

Outorossim, percebemos que o grande objetivo almejado com a criação, divulgação e propagação de uma *fake news* só se torna alcançável graças a modificação dos discursos causada pelo ambiente virtual onde não é possível a seleção, organização e nem a adequação dos mesmos. Este mundo traz a falsa concepção de verdades absolutas e inquestionáveis, onde muitos creem que se pode dizer tudo a todos. Vemos assim, que a polarização dos discursos nada mais é do que o momento em que as pessoas passam a aceitar opiniões de terceiros, sem interpretar e atribuir o seu juízo de valor ao conteúdo proposto, apenas tecendo comparações com o que se parece com suas ideias e, a partir disso, passam a reproduzir o conteúdo que tiveram contato. Tal conduta ainda é potencializada pelo fato de que a maioria dos ambientes virtuais carecem de uma maior regulamentação ou fiscalização e compromisso com a criação, divulgação e manutenção dos conteúdos.

Dessa forma, inevitável seria que a escola, assim como nos demais ambientes de aprendizagem, tivesse contato e sofresse com a desinformação. Talvez o grande contratempo seria justamente o fato de que desses ambientes deveriam funcionar como local de filtragem ou

checagem de incoerências, ou ainda onde as pessoas conseguissem se atentar para notícias falsas tendo em vista estarem inseridas em um ambiente específico de ensino e aprendizagem.

O que acontece é que, infelizmente, este ambiente de formação de opiniões, de ideias, de debates e interpretações deu margem ao surgimento de discursos terceirizados e copiados tendo em vista que as pessoas se eximem da sua capacidade interpretativa e resolutive, já que essa conduta foi absorvida pela praticidade e economicidade de tempo oriunda das mídias sociais, dando surgimento à uma verdade inquestionável.

Nesse contexto, é que percebemos que o acesso a internet bem como o crescimento das mídias sociais nos colocaram em uma nova realidade cultural, definida como Cibercultura, conforme menciona Lemos (2005):

“O princípio que rege a cibercultura é a “re-mixagem”, conjunto de práticas sociais e comunicacionais de combinações, colagens, cut-up de informação a partir das tecnologias digitais. Esse processo de “re-mixagem” começa com o pós-modernismo, ganha contorno planetários com a globalização e atinge seu apogeu com as novas mídias (Manovich). As novas tecnologias de informação e comunicação alteram os processos de comunicação, de produção, de criação e de circulação de bens e serviços nesse início de século XXI trazendo uma nova configuração cultural que chamaremos aqui de “ciber-cultura-remix”. (p.1)

Percebemos assim a formação de um novo universo cultural, caracterizado pelo contato com a informação no momento e da forma que queremos. Isso fez com que, ao passar do tempo, nos tornássemos mais conectados, com mais acesso às informações, porém menos interessados em validar estas, checar sua veracidade, origem e, conseqüentemente, sua importância. Tais circunstâncias nos causaram o que podemos definir como “comodismo digital”, caracterizado pela privação do juízo individual de valor e a reprodução imediata de conteúdo ou informações sem a prévia averiguação destes.

Movidos pelo fato de termos acesso a uma rede de informações de forma instantânea e momentânea, como também pelo garantismo do anonimato e das publicações de informações, na maioria das vezes, sem serem filtradas ou selecionadas, é aqui que notamos o inevitável fortalecimento desse comodismo ou preguiça digital onde nos privamos das reflexões, do exercício do raciocínio e a busca por juízos de valores, optando por uma informação já pré-construída e pré-definida por terceiros que somente se adequa ou pelo menos é parecida com nossas crenças, valores e ideias a respeito de um determinado contexto.

Podemos observar em Alves e Maciel (2020) que:

“A chamada “era da informação” é marcada por um modelo “todos para todos”, no qual qualquer pessoa pode reproduzir e compartilhar conteúdo com qualquer outra pessoa em qualquer lugar do mundo. Isso gera o fenômeno da “sobrecarga de informações” (*information*

overload), pois os dados não são mais filtrados pelo procedimento tradicional e a quantidade de informações que um indivíduo recebe supera a sua capacidade de processá-las.” (p.6)

Percebemos que, ao longo do tempo, o que aconteceu foi a perda da função ideológica antes imbuída em cada manifestação de discurso pela simples replicação e copilação de conteúdos que nos agradam sem termos a capacidade ou até mesmo o interesse de nos aprofundarmos e dar àquele determinado assunto a nossa opinião, sendo esta a forma de participarmos ativamente da construção do discurso, transcendendo a figura de mero receptor e transmissor de informações, como podemos ver em Machado e De Sousa (2014):

“Sendo a formação discursiva que determina o que se pode e se deve dizer — a partir de uma posição em dada conjuntura — as palavras, expressões e proposições em uso recebem o seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Assim, tais palavras, expressões ou proposições mudam de sentido segundo as posições mantidas pelos que as empregam, o que significa que elas tomam seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referências às formações ideológicas nas quais essas posições se filiam.” (p.60)

Vale lembrarmos também a definição da estruturação dos discursos, proposta e idealizada por Michel Pêcheux (1997):

“O discurso não é apenas transmissão de informação, mas efeito de sentido entre interlocutores (p. 82)

Essas atitudes nos levaram à importante mudança da antiga padronização dos polos comunicativos emissor-receptor, que agora configura-se por possuir uma forma multifacetada e multidimensional, fugindo da anterior caracterização linear e bidimensional, conforme traz Lemos (2005):

“A nova dinâmica técnico-social da cibercultura instaura assim, não uma novidade, mas uma radicalidade: uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a priori, emitir e receber informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações, para qualquer lugar do planeta e alterar, adicionar e colaborar com pedaços de informação criados por outros.” (p.2)

É importante salientarmos que essa nova estruturação dos polos comunicadores é potencializada ainda pela sobrecarga de informações que somente são assimiladas, porém não são devidamente interpretadas ou contextualizadas de uma forma imparcial e conteudística.

Muitas vezes o que vemos é a escolha de informações, por parte do receptor, através de uma maneira rápida e sucinta tendo em vista agradar ou simplesmente ser conveniente com aquilo que o mesmo pensa a respeito de determinado assunto. A partir desse pequeno juízo de valor ele começa a abrir mãos da sua subjetividade interpretativa, tornando-se apenas divulgador e propagador de opiniões alheias sendo motivado pelo imediatismo intrínseco na

sua mente de ter que levar ao maior número de pessoas aquela informação a que teve acesso e que passa a acreditar ser a verdade incondicionada.

Essas atitudes trazem à tona uma nova definição e personificação do que seria a verdade ou pelo menos do julgamento momentâneo do que seria esta, dando surgimento reestruturação das relações sociais baseadas em verdades absolutas e inquestionáveis que se sobrepõe ao diálogo ou debate dentro dos mais variados ambientes sociais.

3 CONCEITO E DEFINIÇÃO DE PÓS-VERDADE

E é exatamente neste momento que acontece o surgimento de uma nova definição da verdade, sendo esta um dos elementos primordiais para a caracterização da cibercultura. Conforme aborda Lemos (2005):

“A nova dinâmica técnico-social da cibercultura instaura assim, não uma novidade, mas uma radicalidade: uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a priori, emitir e receber informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações, para qualquer lugar do planeta e alterar, adicionar e colaborar com pedaços de informação criados por outros.” (p. 1)

Assim, é importante notarmos que a liberação do polo emissor faz com que cada indivíduo possa ser um produtor de informação que irá se inserir em uma rede de comunicação composta por outros indivíduos que compartilhem dos mesmos pensamentos e/ou interesses levando a formação de uma nova configuração social comunicativa: a Cultura de Massa. Nesse contexto o grande viés que percebemos é que as pessoas passam a se comunicar mais, trocar muito mais informações, porém diminuem seu senso interpretativo e crítico alimentadas pelo simples fato de estarem inseridas dentro de um contexto onde é desnecessária a interpretação das informações tendo em vista todos pensarem da mesma forma. Daí o surgimento de uma verdade absoluta ou pós-verdade, justamente em razão da ausência de interpretações e juízo valorativos reluzentes.

Percebemos que a junção de todos esses fatores acarreta na polarização de opiniões bem como das condutas onde as comunidades sociais, como também as pessoas em seu ímpeto individual, passam a enxergar apenas a sua própria convicção como informação valorativa, excluindo a interação antes percebida pelos ambientes de convívio, dando lugar as verdades inquestionáveis e absolutas advindas da Nova Era da Informação.

Não obstante, até porque encontra-se inserido dentro deste emaranhado social, os ambientes escolares do ensino médio entram em xeque pois mesmo tendo como função precípua instigar o diálogo e as discussões, gerar interpretações e senso crítico, passam a sofrer com os reflexos da chegada do Pós-Verdade, que acarretará na incrementação de fenômenos sociais negativos como preconceito, *bullying*, xenofobia, homofobia, racismo, intolerância religiosa e política, por exemplo.

Com o passar do tempo e o agravamento dessas condutas vimos ser necessária a revisão dos conceitos educacionais, sobretudo aqueles direcionados para a área digital, das mídias digitais e comunidades virtuais. Nesse contexto, é importante salientarmos a busca por escudos ou elementos de proteção que blindassem o ambiente escolar do Ensino Médio para,

consequentemente, tentar mudar a situação social que foi arquitetada de forma negativa. E é a partir desses elementos que vemos no Letramento e na Alfabetização Digitais uma das maneiras de se combater a desinformação precipuamente dentro dos ambientes de ensino médio, tendo em vista ser esse período de construções cognitivas e perfil de letramento e alfabetização, o mais importante na vida das pessoas em razão de estar inserido no período de transição pessoal, social e profissional mais relevante.

4 LETRAMENTO DIGITAL NO ÂMBITO DO ENSINO MÉDIO: DEFINIÇÕES E PRÁTICAS

Inicialmente é mister citarmos que a definição de letramento evoluiu significativamente com o passar dos anos. Percebemos que antes era exigível apenas que o aluno, minimamente, escrevesse de forma legível bem como conseguisse se expressar conforme pré-definições ou maneiras anteriormente previsíveis. Todavia, com o desenvolvimento tecnológico e midiático, as novas perspectivas de Letramento ganharam um viés muito mais social, inclusivo e participativo exigindo dos adolescentes a capacidade de desenvolvimento da escrita bem como do uso de sistemas cognitivos que permitissem ao mesmo realizar as mais diferentes atividades, tendo condições de conseguir escrever ou ler em qualquer ambiente ou modalidade a que seja submetido.

Dessa forma percebemos que a definição de letramento perpassa a simples limitação do ler ou escrever, ou ainda do entender ou compreender. Mais do que isso, o letramento consolidou-se como o conjunto de práticas ou procedimentos de escrita assimilados que permitam ao aluno inserir-se e, conseqüentemente, modificar o meio social em que está incluído.

Em se tratando do desenvolvimento do Letramento Digital dos alunos de ensino médio, notadamente no que se refere aos ambientes virtuais, é imprescindível a importância da escrita e leitura, tendo em vista as telas trazerem à tona uma nova dinâmica interrelacional entre leitor e escritor, conforme salienta Soares (2003) quando nos mostra que a nova ambientação advinda das telas mostra a delimitação construída por estas que, na maioria das vezes, suprime o que estava escrito anteriormente ainda que possibilite ao leitor retornar, porém criando uma visão limitada e estrita. Tal fato exige que o leitor tenha um novo posicionamento interpretativo e interativo com o texto, onde possa ter a capacidade de saber manusear o recurso tecnológico que está em suas mãos de maneira satisfatória e proativa.

Diante dessa nova estruturação, é exatamente nessa perspectiva que vislumbramos como elemento essencial para a fomentação do Letramento Digital o desenvolvimento da escrita e leitura como fonte de saber, de desenvolver e de se manifestar dentro de ambientes virtuais e que possibilitará a construção dos demais gêneros discursivos, indo desde os tradicionais até os mais modernos, bem como aqueles associados às mídias digitais, conforme cita Coscarelli e Ribeiro (2011):

“ A escrita como um saber, um modo de conhecer, para além de uma tecnologia, se mostra cada vez mais necessária para que a constituição e o uso de novos gêneros do discurso,

implicados naquela tecnologia, sejam feitos de modo tão crítico quanto se espera que sejam as atividades de leitura e escrita mais sedimentadas em suportes textuais tradicionais como livros, jornais, revistas, embalagens, entre outros.” (p.53)

Percebemos assim que a escrita é quase que uma condição *sine qua non* da existência humana ou seja, com a evolução social e cultural a escrita sempre esteve emaranhada com a leitura e convalidaram-se como formas de manifestação social plena, nunca deixando de existir e sendo inevitavelmente modificadas, transformadas ou adequadas. Dentro do âmbito das mídias sociais percebemos que as práticas de leitura e escrita adquiriram um enfoque totalmente inimaginável já que foi necessário receber a influência da tecnologia, conforme mencionou Ferraz (2019) dizendo que as indeterminadas ferramentas tecnológicas inevitavelmente deram estruturação às mais diferentes formas ou modalidades de leitura.

Nesse contexto, notamos que ao longo dos anos, a inevitável evolução cultural, social e tecnológica fizeram com que as práticas e formas de leitura bem como as concepções de mundo fossem reestruturadas em decorrência do surgimento de novas práticas sociais. Assim, tornou-se quase que obrigatória a readequação dos conceitos e procedimentos educacionais, ao longo do processo de aquisição do conhecimento ou de ensino-aprendizagem, conforme salienta Do Vale e Striquer (2014):

“O termo letramento é recente e surgiu justamente a partir da necessidade de se observar o estado de quem sabe ler e escrever, em contraposição a uma preocupação anterior, que se voltava apenas para o estado ou condição de alfabetismo. Tal necessidade veio como consequência da compreensão de que é preciso não apenas saber ler e escrever, mas saber fazer uso efetivo da leitura e da escrita, respondendo às demandas sociais.” (p.215)

É imprescindível termos a noção de que a definição de Alfabetização e Letramento se distinguem conceitualmente, porém são inseparáveis e indissociáveis fundamentalmente. As mudanças ocasionadas pela eclosão das novas práticas sociais fizeram com que os ambientes de ensino passassem a vislumbrar que um indivíduo alfabetizado digitalmente não necessariamente é letrado, devendo estes ambientes fornecerem as condições para que cada educando saiba ler e escrever, conseguindo ainda fazer o uso adequado da leitura e escritura, conforme cada demanda social exige. Assim, percebemos que o grande obstáculo de agora em diante, é justamente que o professor consiga tirar proveito de cada novo recurso que está sendo disponibilizado com o intuito de dinamizar e potencializar o dia a dia dentro da sala de aula ajudando os discentes perante essa nova realidade, conforme podemos ver em Do Vale e Striquer (2014):

“Antes, porém, de procurarmos respostas para todas essas questões, faz-se necessário perceber que inovações tecnológicas não significam, literalmente, inovações pedagógicas; não basta apenas trocar as práticas educativas. Só é possível utilizar os recursos tecnológicos na sala de aula como ferramentas de auxílio para o ensino e para a/ aprendizagem escolar a partir do momento que o professor faz opções, as quais revelam suas concepções de ensino e de aprendizagem, isto é, conforme a noção que o professor tem desses processos e do que sejam as devidas ferramentas é que ele direcionará suas ações didáticas” (p.217)

Nesse ímpeto, é importante frisarmos que a própria BNCC (2017) preconiza sobre as mudanças metodológicas a respeito da inclusão da Educação Digital nos ambientes de ensino, conforme podemos ver na Competência 5, que é justamente a parte destinada à inclusão das mídias digitais:

“Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.” (p.493)

E é a partir desses preceitos que podemos definir os conceitos de Letramento Digital e Alfabetização Digital no âmbito do ensino médio que, embora com definições diferentes e específicas, possuem fundamentações que se complementam em busca de um mesmo intuito: fornecer à comunidade escolar as ferramentas necessárias para que se diminuam os efeitos da desinformação dentro das escolas e, conseqüentemente, na sociedade como um todo adquirindo, assim, a função de Escudos de Proteção Social.

Nesse sentido, podemos descrever em perspectivas gerais, seguindo os conceitos de definição de Letramento proposto por Cruz (2007):

“Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita.” (p. 2)

Partindo desse ponto, é importante destacarmos a definição em sentido estrito e individualizado de Letramento. De acordo com Soares (2014) de que o letramento seria o conjunto de práticas de leitura e escrita que resultam de uma concepção de o que, como, quando e por quê ler e escrever.

Ainda nesse âmbito Moreira (2012):

“Na realidade, consiste em saber utilizar esses recursos para aplicá-los no cotidiano, em benefício do próprio usuário. Precisa-se, nesse caso, indagar o porquê de se fazer uma busca na web, ou seja, saber qual a finalidade dessa informação para a vida a fim de promover a aquisição de um (novo) conhecimento.”(p.3)

Dessa forma, podemos definir o Letramento como a união de ferramentas adquiridas pelos leitores/receptores ao longo de seu processo educacional e que irão auxiliar na leitura, escrita, interpretação e análise das informações que eles terão contato. Percebemos assim que o Letramento, em aspectos gerais, seria justamente o fenômeno da apropriação de conhecimento cognitivos através dos quais o aluno consegue tomar para si ferramentas e elementos a que têm acesso e que possibilitem ao mesmo comportar-se ou se manifestar de acordo com as circunstâncias sociais as quais será submetido ao longo de sua vida.

Outrossim, ao longo do tempo percebeu-se que os alunos deveriam possuir a capacidade do simples domínio e interpretação dos signos, dos sistemas como também ir além da condição básica de codificar ou decodificar as mensagens, ou seja, a conduta mínima de ler e escrever, devendo assim possuir novas práticas e comportamentos sociais de leitura e escrita que possibilitem aos mesmos a inserção nas mais variadas circunstâncias sociais, conforme nos mostra Soares (2017):

“ Ao longo do século XX, porém, esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado, em razão de necessidades sociais e políticas, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina o sistema de escrita e as capacidades básicas de leitura e escrita, mas aquele que sabe usar a linguagem escrita para exercer uma prática social em que essa modalidade da língua é necessária.” (p.47)

Tais mudanças foram potencializadas pelas mídias e tecnologias digitais, que passaram a exigir, tanto dos discentes quanto dos docentes, uma mudança significativa de condutas, o que interferiu diretamente nas relações sociais.

No que se refere ao contexto das mídias digitais e da cibercultura, a definição de Letramento Digital se dá mais especificamente por estar no direcionamento dessas condutas para a aplicabilidade no âmbito das informações digitais, no uso das atribuições de ler e escrever com a influência das ferramentas tecnológicas, ou seja, o Letramento Digital estaria focado exatamente no acesso à informação e a sua respectiva aplicação dentro de determinado ambiente social digital. Nesse ponto, conforme trouxe Moreira (2012):

“A necessidade de um indivíduo ser letrado digitalmente surgiu a partir da ideia de que uma fonte digital pode gerar muitas formas de informações de texto, como imagens, sons, etc. Por

isso, uma nova forma de alfabetização era necessária com o intuito de dar sentido a essas novas formas de apresentação.” (p.4)

É notório observarmos que a mudança de conduta e paradigmas educacionais se tornou necessária, tendo em vista a inevitável evolução cultural e tecnológica. Somado a isso vimos a importância do aperfeiçoamento da capacidade interpretativa do leitor já que este perfil será necessário para que receptor compreenda aquilo que lhe foi entregue, ou aquilo a que teve contato e a partir dali, instituir seu juízo valorativo no que concerne à aquela informação e que, diante disso, consiga se posicionar conforme a circunstância social exigir.

Como já mencionado, de nada adiantaria haver por parte do professor e dos alunos os critérios mínimos necessários, como também os elementos tecnológicos se o ambiente escolar em si não está apto a potencializar as mudanças de paradigmas educacionais.

Nesse contexto, percebemos que o surgimento das inovações tecnológicas nem sempre estão associadas às inovações pedagógicas ou seja, o ambiente escolar, a estrutura educacional em si deve colaborar para que docentes e discentes consigam se inserir dentro da nova estruturação educacional, social e cultural.

E é exatamente dentro dessa nova configuração social que a Escola, como um dos grandes e talvez um dos principais ambientes de ensino e aprendizagem, adquire uma nova função passando inevitavelmente a ter um novo perfil educacional como complementam Do Vale e Striquer (2014):

“No contexto atual, os processos de interação passam a envolver novas formas de conhecimento estratégico ou esquemas para lidar com tecnologias na vida diária e habilidade para ler/produzir textos típicos da era da multimídia e da informação. Em outras palavras, ao lado dos textos impressos, da exigência de saber ler criticamente, recuperar e processar informação, agora também se faz necessário, entre outras coisas, saber lidar com imagens e representações gráficas.” (p.215)

Mais do que nunca, a Escola tem a função de proporcionar a integração dos educandos, através da disponibilização de materiais, conteúdos e mídias, cabendo ao longo do processo educacional que o ambiente escolar do ensino médio, na figura do professor precipuamente, seja o espaço potencializador das habilidades de letramento de cada aluno.

É de suma importância salientarmos que atrelados a todos esses fatores individuais e externos, se torna ainda mais relevante o papel do professor. Mais do que nunca, os docentes devem estar cientes que são o elo importante e fundamental dentro deste processo de evolução social, tendo em vista estarem inseridos como ponte entre as informações e os

discentes.

Cabe ao professor ter a capacidade de fazer com os seus alunos consigam potencializar seu letramento, a sua capacidade individual de saber se comportar perante as mais variadas circunstâncias sociais e que despertem em si a importância de que o ato de ler e/ou escrever significa um pleno exercício de cidadania e responsabilidade social, conforme salienta Vergna (2021):

“Dessa forma, possibilitaria o desenvolvimento de hábitos analíticos de pensar, ler, escrever, falar ou discutir o que está por trás de impressões superficiais, mitos tradicionais, opiniões comuns, além de entender os contextos sociais e as consequências de qualquer tema. O que se pretende é que os participantes das práticas letradas não só construam sentidos, mas que também consigam transformá-los e produzi-los de maneira ativa.”

É notório observarmos que a construção do processo cognitivo individual de cada aluno adquire agora uma nova fundamentação e por conseguinte assume uma nova responsabilidade e finalidade social: tornar o educando elemento ativo do processo de transformação social, cultural e política da nossa sociedade.

Nesse ímpeto, como sempre aconteceu ao longo da evolução social e educacional, a contextualização da Era Digital tornou necessária a mudança do comportamento dos docentes, tornando-se ímpar que estes estejam sempre atualizados e familiarizados com as mudanças tecnológicas, através de formações continuadas e rotineiras, demonstrando estarem disponíveis às mudanças vindouras, como podemos ver em Moreira (2012):

“O letramento midiático na educação não altera somente a relação do estudante com o ensino e a aprendizagem, mas também, modifica o papel do professor que antes tinha como função exclusiva transmitir aos alunos o fluxo de conhecimentos contidos em livros. No entanto, na era da informatização, o papel do docente se direciona não apenas à compreensão e disseminação desses assuntos, mas também, aos novos temas e conhecimentos contextualizados, com os quais os alunos se deparam em meio a tantas possibilidades proporcionadas pela hipermídia”. (p.5)

Sendo assim, é de grande valia que os professores consigam assimilar e fomentar a prática de multiletramentos possibilitando aos seus alunos a formação e aquisição das ferramentas necessárias para o desenvolvimento das novas práticas e habilidades de leitura e/ou escrita sociais, conforme Vergna (2021):

“O professor de Língua Portuguesa deve propiciar aos alunos o contato com diversos textos, de cultura valorizada e de cultura local, possibilitando também o acesso e análise das múltiplas linguagens presentes, principalmente, nos textos contemporâneos (..)”

Porém, é oportuno manifestar que o desenvolvimento das condições de aquisição do processo cognitivo de ferramentas digitais não devem se limitar unicamente ao interesse e proatividade do professor. Cabe ao ambiente escolar conseguir também fornecer as condições mínimas necessárias para que os professores consigam instigar seus alunos.

Bebendo um pouco dos ensinamentos da Pedagogia , podemos observar que cabe ao professor, claro que dentro das condições que lhe estão disponíveis, mostrar e trazer para a ambientação da sala de aula os materiais ou ferramentas que estão acessíveis na internet com intuito de fornecê-las aos seus alunos a fim de provocar o desenvolvimento das mais diversas habilidades digitais destes, colaborando assim com o letramento digital dos mesmos, conforme nos mostra Ferraz (2019):

“ Sendo assim, a tecnologia digital é usada em várias propostas de exercício, em que os alunos vão lidar com diferentes recursos para trabalhar com imagens, filmes, áudios, nas quais eles serão encorajados a fazer suas próprias produções, aprimorando o letramento digital e promovendo a autoria e a cidadania” (p.69)

É de suma importância termos em mente que a figura do professor será justamente a de elemento que conseguirá tirar proveito dos recursos tecnológicos que lhe estão disponíveis para que assim consiga dar as condições mínimas necessárias para que os alunos, sobretudo no âmbito do ensino médio, possam ter autonomia e perspicácia no momento em que forem exigidos e dessa forma consigam exercer com afinco a sua função cidadã de forma lúdica e imparcial.

Dessa forma, é que devemos observar que a facilidade ou praticidade transpassada pelas mídias digitais não devem sobrepor o processo de leitura e sobretudo de escrita. Com o fornecimento das condições essenciais aos alunos, ao longo do processo de formação de cognição destes, será possível a potencialização do Letramento Digital para que eles reúnam as ferramentas necessárias para a estruturação do seu perfil de leitor, somados aos critérios básicos e fundamentais da Alfabetização Digital, conseguirão assim transcender a barreira de meros decodificadores ou reprodutores de mensagens midiáticas e caminhando até o pleno exercício da cidadania através da assimilação dos signos, gestos e comportamentos no âmbito das mídias digitais.

Vale destacar que a Alfabetização Digital tornou-se algo imprescindível tendo em vista a evolução social e cultural dos ambientes de convivência exigirem uma nova estruturação dos seus conceitos e definições já que ela não mais seria um elemento novo ou mero fator de diferenciação mas sim uma necessidade primordial e fundamental para que consigamos

acompanhar a evolução tecnológica presente nos mais variados tipos de ambientes de relações em que estamos inseridos.

5 A PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL COMO ESCUDO DE PROTEÇÃO CONTRA A DESINFORMAÇÃO NO AMBIENTE

Inicialmente é importante observarmos que a alfabetização e letramento digital são processos de ensino-aprendizagem distintos, porém que se entrelaçam e interligam-se de forma necessária e fundamental ou seja, para que o letramento exista inevitavelmente deve haver a alfabetização digital. Nesse contexto, conforme nos mostram Penido e Silva (2021)

“A alfabetização é a descoberta do código da escrita, decodificação e codificação, tanto escrita quanto oral. É a aprendizagem do alfabeto e da sua utilização como códigos de comunicação, apropriação e compreensão das letras ordenadas no espaço das palavras em seus fonemas e grafemas.”(p.4)

Percebemos que a alfabetização seria a assimilação ou acumulação de elementos que possibilitem ao aluno decifrar, decodificar ou codificar todas as mensagens que o mesmo tem acesso, quer elas sejam de forma oral ou escrita. Estritamente, será a condição mínima de conhecer os códigos, fonemas, signos para que ele consiga utilizá-los de maneira essencial. Em se tratando das Tecnologias Digitais, a alfabetização transcende a simples, pragmática e metodológica capacidade de leitura e/ou escrita, passando a exigir que cada pessoa consiga assimilar as mais variadas formas de leitura trazidas pelos ambientes virtuais.

No que se refere à Alfabetização Digital no âmbito do ensino médio, podemos dizer que seriam as ferramentas mínimas adquiridas ao longo da caminhada educacional do educando através do contato com as novas tecnologias digitais que possibilitarão ao mesmo a sua inserção nos mais variados ambientes de convivência, inicialmente de forma imediata

e, posteriormente, que ele se condicione para enfrentar futuramente o mercado de trabalho ou ainda qualquer situação social que será exigido.

Inevitavelmente, percebemos que com o advento das tecnologias e mídias sociais o Professor passa a ter a função de fomentar e instigar o desenvolvimento interpretativo digital dos seus alunos de forma contextualizada e interativa, dando fundamentação e estruturação à Alfabetização Digital, onde podemos defini-la como o processo de aquisição da escrita oriunda das novas tecnologias digitais. Em suma, conforme cita Coll e Illera (2010).

“Falar em “Alfabetização digital” equivale a postular que, assim como nas sociedades letradas é necessário ter um domínio funcional das tecnologias de leitura e escrita para ter acesso ao conhecimento na SI [sociedade da informação] é imprescindível ter um domínio das tecnologias digitais da comunicação e da informação – incluídas, é claro, as tecnologias digitais de leitura e escrita. Em outras palavras “alfabetização digital” supõe aceitar, com todas as suas consequências, que as aprendizagens relacionadas com o domínio e manejo das TIC10. São básicas, na SI no mesmo sentido em que já o são as aprendizagens relacionadas ao domínio da leitura e da escrita nas sociedades letradas.” (p. 290)

Nesse entendimento, vemos a Alfabetização Digital como o elemento que possibilitará aos educandos a sua manifestação e posicionamento conforme as demandas sociais de cada circunstância a qual será exigido, conforme salienta Alves (2014) mostrando que numa sociedade devemos ter a capacidade de filtrar, analisar as informações e não somente sermos meros preenchedores de espaços ou páginas na internet, sendo assim simples leitores atípicos e apáticos do mundo ao nosso redor.

Nesse contexto, é importante termos o conhecimento sobre as ferramentas de fácil acesso, quais seriam softwares ou aplicativos livres que possam ser utilizados para nos auxiliar na alfabetização dos alunos de ensino médio, conforme citam Menezes, Couto e Santos (2019) quando trazem ao nosso arcabouço o Scracht (software livre e gratuito para desenvolvimento de histórias interativas, jogos e animações a partir da montagem de blocos de comandos e de itens de som e imagem) e ainda o site Luz do Saber (página elaborada pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará para auxiliar na alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos, além da inserção na cultura digital). Importante sabermos que essas são ferramentas já disponíveis e que podemos fazer uso de forma gratuita e eficiente.

Entretanto, é de suma importância vermos que apenas a predisposição dos professores e a proatividade dos alunos não são suficientes para a fomentação da Alfabetização Digital. É necessário, mais do que nunca, que o poder público forneça as

condições mínimas para que o processo de estruturação da Alfabetização Digital no âmbito do ensino médio, tanto para os docentes quanto para os discentes mas, sobretudo, para estes, seja potencializado. Todavia a exclusão digital ainda é algo bastante presente em nossas sociedade, mesmo com todos os esforços e alternativas correcionais do poder público em tentar amenizar ou extinguir esta.

É notório observarmos que para que isto ocorra deve haver uma distribuição mais igualitária e estruturada dos recursos, a fim de que os alunos de ensino médio tenham as condições mínimas de acesso ou contato com as novas tecnologias digitais ou seja, percebemos que para ser alfabetizado o aluno do ensino médio deve ser primeiramente ou, no mínimo, incluído digitalmente, conforme vemos em Miranda e Rodrigues (2022) onde podemos perceber que a importância da Inclusão Digital se dá justamente em vê-la como ferramenta que possibilita ao aluno exercer sua cidadania através da comunicação , interação e informação com os demais indivíduos e nas mais diversas circunstâncias que estará envolvido.

Vemos assim, que o processo de estruturação da Alfabetização Digital caminha pelas veredas da inclusão digital tendo em vista que esta seria a democratização do acesso às tecnologias digitais com o intuito de possibilitar a cada educando a capacidade de extrair ou se apropriar dos elementos mínimos de cognição digital, como por exemplo, os signos, os fonemas, os conceitos, para que ele consiga individualmente estruturar seu processo de assimilação de conhecimento.

Somado a isso é importante salientarmos que a própria BNCC cita as habilidades que envolvem a questão da inclusão digital como condição de potencialização da alfabetização digital é preconizada em três importantes eixos: Pensamento Computacional, Mundo Digital, Cultura Digital, conforme vemos na BNCC (2017):

“Pensamento computacional: envolve as capacidades de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções, de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento de algoritmos;

Mundo digital: envolve as aprendizagens relativas às formas de processar, transmitir e distribuir a informação de maneira segura e confiável em diferentes artefatos digitais – tanto físicos (computadores, celulares, tablets etc.) como virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados, entre outros) –, compreendendo a importância contemporânea de codificar, armazenar e proteger a informação;

Cultura digital: envolve aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que supõe a compreensão dos impactos da revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea, a construção de uma atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas

mediáticas e digitais, aos usos possíveis das diferentes tecnologias e aos conteúdos por elas veiculados, e, também, à fluência no uso da tecnologia digital para expressão de soluções e manifestações culturais de forma contextualizada e crítica. (p.475)

Nesse âmbito, Pensamento Computacional seria a capacidade individual que temos de conseguir, diante de uma problemática, nos comportar de maneira eficiente, objetiva e eficaz através da utilização dos fundamentos básicos de computação. Ou seja, seria através dos conhecimentos mínimos de informática, a capacidade que o aluno de ensino médio possui em conseguir se sobressair de maneira satisfatória perante uma determinada lide ou desafio tecnológico. Percebemos assim que o Pensamento Computacional contribui para o caráter crítico dos alunos tendo em vista os mesmos conseguirem apreciar e revisar os conteúdos ou informações às quais terão acesso.

No que se refere ao Mundo Digital destacamos a capacidade que os alunos terão em entender o impacto causado pelas tecnologias na sua vida pessoal e na sociedade que o circunda, influenciando assim as relações sociais nas mais diversas esferas que vão desde o âmbito político e cultural, atrevesando até o comercial.

Já em relação à Cultura Digital seria justamente o resultado das interações das ideias individuais (pensamento computacional) com o ambiente coletivo (mundo digital) convalidando no conjunto de práticas associadas ao uso das tecnologias e ferramentas tecnológicas dentro de um determinado espaço social.

Somado à previsão desses elementos na BNCC (ano), é mister mencionarmos que em janeiro de 2023 foi promulgada a lei nº 14.533 que instituiu a Política Nacional de Educação Digital buscando justamente a previsão legal de projetos, programas e ações com o objetivo de promover e padronizar o acesso da população brasileira, de forma geral, às ferramentas bem como elementos das práticas digitais, como podemos ver no texto do instituto supramencionado:

“Art. 1º: Esta Lei institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estruturada a partir da articulação entre programas, projetos e ações de diferentes entes federados, áreas e setores governamentais, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis.”

É supramencionado que a mesma lei também salienta ser de competência do Poder Público, em suas três esferas, o papel de fornecer as condições necessárias para promover a inclusão digital das pessoas mais vulneráveis, conforme vemos:

“Art. 6º No âmbito da Política Nacional de Educação Digital, a

implementação dos seguintes eixos habilitadores constituirá dever do poder público, observadas as incumbências estabelecidas nos [arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

I -viabilização do desempenho digital de conectividade, capital humano, uso de serviços de internet, integração de tecnologia digital, serviços públicos digitais e pesquisa e desenvolvimento em TICs;

II -desenvolvimento, nas redes e estabelecimentos de ensino, de projetos com o objetivo de promover as competências digitais e métodos de ensino e aprendizagem inovadores, fundamentais para o desenvolvimento acadêmico;

III -desenvolvimento de programas de competências em liderança escolar, de modo a desenvolver líderes capazes de definir objetivos, desenvolver planos digitais para as instituições públicas de educação, coordenar esforços, motivar equipes e criar clima favorável à inovação;

IV -ampliação da qualificação digital dos dirigentes das instituições de educação públicas;

V -inclusão de mecanismos de avaliação externa da educação digital nos processos de avaliação promovidos pelos entes federados, nas instituições de educação básica e superior, bem como publicação de análises evolutivas sobre o tema;

VI -estabelecimento de metas concretas e mensuráveis referentes à aplicação da Política Nacional de Educação Digital, aplicáveis ao ensino público e privado, para cada eixo previsto no art. 1º desta Lei.”

O fato de a Educação Digital ter previsão legal mostra a dimensão da sua importância tendo em vista estar associada diretamente à inclusão digital. Não obstante, percebemos que esta não é somente uma ferramenta de reparação social das desigualdades , mais do que isso, é um importante elemento de potencialização do exercício da cidadania bem como de superação das lides culturais e sociais permitindo aos alunos intervir e modificar o meio digital, cultural e social em que estão inseridos.

Todavia, o advento das tecnologias e da internet, como mencionamos anteriormente, trouxe a grande ilusão de acessibilidade e conectividade de forma irrestrita. Ou seja, criamos a falsa perspectiva de que todos têm acesso às novas tecnologias, o que de fato é um equívoco. Atrelado a isso temos o fato de que a cada dia as pessoas dependem mais das tecnologias porém nem sempre a sociedade fornece essas ferramentas a elas. Desarte, é importante mencionarmos que a dependência das tecnologias se transformou numa espécie de condição da existência do “ser humano”, do ser social e incluído, onde as pessoas necessitam dessas ferramentas para demonstrarem que de fato existem ou estão inseridas em determinado ambiente virtual.

O que vemos, é que mesmo com as previsões legais e esforços do poder público, a democratização do acesso à educação digital ainda é algo bastante desigual e desordenado

tendo em vista o tratamento dado aos alunos do ensino médio ser de uma forma mais homogênea e padronizada, quando na verdade, principalmente pelo fato de sermos um país de dimensões continentais, essa abordagem deveria ser heterogênea e individualizada ou seja, os projetos, as ações e programas de inclusão deveria ser idealizados com base na previsão nacional porém sendo adequado à realidade de cada escola, de cada grupo social, o que facilitaria o acesso às ferramentas de Alfabetização Digitais bem como amenizaria a exclusão digital que ainda permeia nossa sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Ao longo dos anos, com o advento das tecnologias e mídias digitais foi inevitável o crescimento da Desinformação nos ambientes sociais e escolares sobretudo, no âmbito do ensino médio, tendo em vista esse ser o ambiente de transição social e pessoal, onde o indivíduo precisa se preparar para migrar da fase de infância para a adulta e vivenciar uma nova realidade.

Percebemos que a explosão das tecnologias, o acesso à internet de forma exponencial e irrestrita, levou-nos a um cenário onde as informações chegassem a mais pessoas em qualquer ambiente, a qualquer dia e horário, de uma forma bem mais rápida. Arelado a isso, o imediatismo na divulgação ou propagação das informações fez das pessoas meros leitores ou escritores de discursos, muitas vezes tomados pelo sentimento de levar aquela informação à maior quantidade de pessoas possível, tendo em vista estarem inseridas no mesmo ambiente ou comunidade virtual, valendo-se do intuito de fornecer a estas a verdade sobre determinado fato.

Entretanto essa inserção em um ambiente ou comunidade virtual muitas vezes nos dá a impressão de que somos emissores e/ou propagadores sem limites e donos de verdades absolutas, onde muitas pessoas deixam de exercer a sua individualização ou análise sobre o que é verdade e simplesmente fazem uso de informações compartilhadas e criadas por

terceiros que se assemelham às suas crenças e valores individuais e/ou pessoais. Percebemos assim, que as pessoas abdicaram do seu poder e capacidade de julgamento e análise dos fatos em favor da simples conduta de postar e divulgar informações de outras pessoas mas que se assemelham com seus pensamentos e ideias, estando inseridas num mesmo espaço social onde várias pessoas compartilham desses mesmos propósitos.

A falta de debates bem como de interações de ideias e pensamentos das pessoas fez com que aumentasse o preconceito nas suas mais variadas dimensões, justamente pelo fato de não haver mais juízos valorativos, fundamentamos pela Pós-verdade que seria exatamente a prevalência de uma verdade inquestionável e que se sobrepõe a qualquer dimensão de debate, troca de ideias, pensamentos contrários.

Tal fato inevitavelmente chegaria ao ambiente escolar, gerando uma preocupação crescente, já que antes vislumbrada como uma forma de interação social e facilitadora de relações, os ambientes virtuais passaram a serem vistos como elementos que prejudicariam a convivência escolar, em razão do surgimento e veiculação de informações falsas que ocasionam transtornos e descontroles sociais prejudicando o ensino e, como grande consequência, as relações entre os indivíduos nas suas mais variadas esferas.

Nesse contexto, fez-se necessária a busca por escudos de proteção contra notícias falsas, desinformação ou *fake news*, tornando-se obrigatória a readequação dos conceitos e procedimentos, ao longo do processo de aquisição do conhecimento ou de ensino-aprendizagem, reconfigurando os novos atributos do Letramento e da Alfabetização Digitais, sobretudo no âmbito do ensino médio.

É notório observamos que ao longo dos anos a ideia de letramento convalidou-se cada dia mais como conjunto de práticas sociais, assimiladas e adquiridas ao longo do tempo pelo aluno e que possibilitassem ao mesmo se inserir em determinado contexto social. Dessa forma, percebemos que o letramento evoluiu não apenas como uma forma de atualização ou acompanhamento dos processos de evolução das relações sociais mais do que isso, a fundamentação do Letramento Digital favorecerá ao pleno exercício da cidadania dentro de um contexto social específico trazendo como elemento de validação social o conhecimento de novas ferramentas que o aluno deve ter bem como que este possua condições de modificar a sociedade em que está inserido, de maneira independente, interrelacionada e proativa não sendo assim um mero decodificador ou reproduzidor das informações que chegam até ele.

Nesse mesmo sentido, não como uma prática independente mas sim interligada à nova dimensão de Letramento, é mister salientarmos a importância da Alfabetização Digital como segundo elemento de contenção da desinformação dentro do ambiente escolar do ensino médio. Antes, em um passado não muito distante, as definições de Alfabetização estavam limitadas à simples questão de o aluno conseguir ler e/ou escrever bem como de conseguir assimilar as informações que lhe eram repassadas, exigindo-se deles uma postura de meros assimiladores e reprodutores de ideias e conhecimentos previamente estabelecidos. Assim, os alunos não precisariam possuir predisposições ou pré-conhecimentos sobre determinado fato, tendo em vista que iriam ser postos em situações onde deveria possuir atitudes presumíveis.

Com o advento das tecnologias vivenciamos uma nova realidade, em razão da influência das mídias digitais que passaram a exigir dos nossos alunos bem mais do que isso. Hoje não mais é suficiente a simples capacidade de conseguir interpretar, entender, decodificar ou codificar mensagens. Cabe ao aluno ter o conhecimento mínimo do uso das ferramentas digitais bem como do emprego e utilização destas conforme a necessidade e circunstâncias.

Vimos, com o passar do tempo, que a potencialização da alfabetização digital está atrelada também à questão da inclusão digital, onde de nada adiantaria haver a predisposição dos alunos e dos professores, sobretudo daqueles, ao mundo digital se eles não possuem acesso às ferramentas digitais. Assim vemos que para que possamos, como docentes, despertar e desenvolver os requisitos básicos das novas práticas sociais devemos ter condições mínimas para fornecer aos alunos fontes e ferramentas necessárias para que eles consigam se inserir e incluir digitalmente. Percebemos assim que a Inclusão digital é mais do que tentar corrigir erros ou compensar as desigualdades. É sim uma maneira de democratizar o acesso às mais variadas formas de conhecimento e práticas sociais.

Percebemos assim que talvez o grande desafio seja exatamente este: fazer com que a integralidade e indissociabilidade da Alfabetização e Letramento digitais garantam com presteza tudo que foi agregado ao longo do processo educacional, funcionando assim como escudos de proteção contra o mal proveniente da desinformação dentro das comunidades sociais, sobretudo as escolares. É a partir desta dicotomia que vemos a possibilidade de mudança de condutas e atitudes e que tornaram a nossa comunidade de fato mais informada, integrada e que consiga superar os preconceitos e desigualdades sociais, racismo, o *bullying*, o preconceito, a xenofobia, a intolerância religiosa e política.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Antônio Sousa. MACIEL, Emanuella R. Halfeld. **O fenômeno das *fake news*: definição, combate e contexto.** Revista Internet e Sociedade, Rio de Janeiro, p. 144 a 177. 2020

ALVES, Simone Medianeira Chaves. **Alfabetização e Letramento Digital na Aprendizagem Escolar.** Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Mídias na Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2014

ANDRADE, Luiz Adolfo. CALVACANTI, Lara. **Escudos contra Fake News: Um método para combater a desinformação nos ambientes de ensino.** Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL | V.8 N.16. 2022.

BNCC, **Base Nacional Comum Curricular**, Ministério da Educação. 2017

COLL, c; ILLERA, J. R. L. “Alfabetização, novas alfabetizações e alfabetização digital” In: COLL, C; MONEREO, C.(orgs.) **Psicologia da educação virtual** – Aprender e ensinar com tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Atmed, 2010

CRUZ, Michelle Brugnera. **Resenhas Educativas: Uma revista de resenha de livros.** Setembro de 2007, p.2-7. Disponível em <http://edrev.asu.edu/reviews/revp57>

DO VALE, Rosiney Aparacida Lopes e STRIQUER, Marilúcia Santos Domingos. **“Letramento digital, práticas sociais e Implicações pedagógicas”.** Uniletras, Ponta Grossa, v. 36, n. 2, p.211-222, jul/dez. 2014, Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>.

FERRAZ, Obdália. **Educação, (multi)letramentos e tecnologias**. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia -EDUFBA .2019.

GENESINI, S. **A pós-verdade é uma notícia falsa**. Revista USP, (116), pp. 45-58.

LEMOS, André **Cibercultura, Remix**. 2005 Disponível em <https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf>. Acesso em outubro de 2024.

LEI Nº 14.533, DE 11 DE JANEIRO DE 2023; **Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Presidência da República, Brasil. 2023

MACHADO, Domingos de Sousa e DE SOUSA, Raimundo Isídio, **Análise do discurso: gênese, metodologia e ensino de língua portuguesa**. Universidade Estadual do Piauí-NEAD-UESPI, Teresina, 2014

MENESES, J.P. **Sobre a necessidade de conceptualizar o fenômeno das fake News**. Observatório (OBS*). Special Inssue vol 12, nº4, pp.37-53. 2018. Disponível em: [View of Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news \(obercom.pt\)](#). Acesso em outubro de 2023.

MENEZES, Karina Moreira. COUTO, Raqueline de Almeida. SANTOS, Sheila Carine de Souza. **Alfabetização Letramento e Tecnologias**. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2019.

MIRANDA, Órbia Sousa da Silva. RODRIGUES, Raphaella A. M. **Inclusão digital: uma reflexão sobre as práticas para atingir a inclusão social**. Intsituto Federal Goiano (IFGO), 2022.

MOREIRA, Carla. **Letramento Digital: Do conceito à Prática**. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012;

PENEDO, Thalita Tamires de Souza Nogueira. SILVA, Renata Maria de Sousa. **Alfabetização e letramento digital: uma análise sobre a inserção dos meios tecnológicos na educação**. CONEDU, 2021 [TRABALHO EV150 MD1 SA108 ID3887 23082021172415.pdf](#), Acesso em Novembro de 2024.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F & HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicampi, 1997.

RIBEIRO, Ana Elisa e COSCARELLI, Ana Carla. **Letramento Digital: Aspectos sociais e Possibilidades pedagógicas**. 3ª ed. – Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2011

SILVA, Marco. **Cibercultura e educação: a comunicação na sala de aula presencial e online**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 37, p. 69-74, dez. 2008.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VERGNA, Márcia Aparecida. **Concepções de letramento para o ensino da língua portuguesa em tempos de uso de artefatos digitais**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2021.